

A educação depende da estrutura política e esta também depende do contexto global no qual está inserida. Dessa forma, passa-se a dar uma grande ênfase “[...] à educação como um instrumento para o desenvolvimento” (SAVIANI, 1999, p. 2).

Educação na América Latina: desafios e perspectivas para uma reforma educacional

Renata Gomes da Silva¹
Eloiza da Silva Gomes de Oliveira²
Gabriela Gomes da Silva Costa³

Área: Administração Pública

¹ Renata Gomes da Silva é Mestranda em Políticas Públicas e Formação Humana pela **Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ**, Graduada em Psicologia pelo Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação (2002). Pós Graduada em Gestão de Recursos Humanos pela FGV (2004). Experiência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino, Tecnologia Educacional e processos de ensino-aprendizagem. Atualmente é professora Tutora do FGV ONLINE e do SENAC-RJ. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação a Distância - LEAH (Laboratório de Estudos da Aprendizagem Humana) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ.

² Eloiza Gomes de Oliveira Concluiu o Doutorado em Educação (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1997. Possui Graduação em Psicologia e em Pedagogia, Especialização em Supervisão Educacional e Mestrado em Psicologia Escolar. Atualmente é professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH). Coordena o Laboratório de Estudos da Aprendizagem Humana (LEAH). É Diretora do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias (IFHT), Unidade Acadêmica dedicada à formação humana com mediação das tecnologias de informação e comunicação. Atua especialmente nas áreas de Educação a Distância, Aprendizagem, Formação Humana e políticas Públicas.

³ Gabriela Gomes da Silva Costa possui Graduação em Letras e Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). Especialização em Língua Portuguesa pela UFRJ (1999). Ministrou aula de língua e literatura hebraicas na UERJ como professora substituta (2000). Atualmente, trabalha como professora do Programa FGV Online nas disciplinas de Redação Empresarial, Gestão por Competências e Gestão de Pessoas na Administração Pública e na consultoria linguística para a FGV Projetos - Fundação Getúlio Vargas. Possui 12 anos de experiência em revisão linguística e estilística textual e interesse nos seguintes temas: Políticas Públicas, Educação, Novas Tecnologias, Subjetividade, Análise do Discurso, Processos cognitivos, Neurociência, Educação a distância e Formação Humana e Autônoma.

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo identificar os desafios e perspectivas para uma reforma educacional, bem como tratar de diversos aspectos da educação na América Latina, do Estado, discutindo suas contradições, através de uma análise crítica dos diversos atores envolvidos. Cabe destacar o importante papel da Administração Pública neste cenário tão complexo e com inúmeras carências. Identificando algumas contradições, este trabalho permite uma aproximação em profundidade sobre o tema da reforma educacional. Discutiremos o problema da inclusão social sem direitos e da desigualdade educacional, causada por uma diferenciação da oferta educacional, uma vez que os governos não conseguem ter um padrão eficiente de qualidade do ensino. Discutiremos o nível de educação do Brasil, comparado a outros países da América Latina, onde o Brasil ocupa 11º posição no ranking do IDH. Pretendemos aqui oferecer elementos para o debate e incentivar a reflexão sobre as contradições do Estado e da Política Pública, considerando o contexto das Reforma Universitária, da Universalização do Ensino, bem como do baixo gasto público com educação. Este trabalho não tem a pretensão de responder a todas as questões que o tema suscita e tão pouco esgotá-las. Pelo contrário, tendo por base a análise dos problemas educacionais enfrentados pela América Latina, ao levantá-los pretendo incentivar a reflexão sobre pontos de extrema importância, suscitando as questões que envolvem a educação e as políticas públicas educacionais contemporâneas.

Palavras chave: Administração Pública, Políticas Públicas, Educação, Reforma Educacional e Universalização do Ensino.

Abstract:

This study aims to identify challenges and prospects for educational reform, as well as dealing with various aspects of education in Latin America, the State, discussing their contradictions through a critical analysis of the various actors involved. It is necessary to emphasize the important role of Public Administration in this scenario as complex and numerous shortcomings. Identifying some contradictions, this paper provides an in-depth approach on the topic of educational reform. We discuss the problem of social inclusion without rights and educational inequality, caused by a differentiation of the educational provision, since governments can not effectively have a standard of educational quality. We will discuss the level of education in Brazil, compared to other Latin American countries, where Brazil occupies 11th position in the HDI ranking. We intend here to offer information to encourage debate and reflection on the contradictions of the State and Public Policy, considering the context of university reform, the universalization of education, as well as low public spending on education. This paper does not pretend to answer all questions in the subject and so little exhausting them. Rather, based on the analysis of educational problems facing Latin America, to lift them want to encourage reflection on points of extreme importance, raising issues involving education and public policies in contemporary education.

Keywords: Public Administration, Public Policy, Education, Educational Reform and Universalization of education.

I) Introdução

As relações humanas e a cultura de cada povo constituem a base de nossa existência e permeiam o mundo em que vivemos. Sabemos ainda que, em se tratando de educação, essas relações se configuram essencialmente por meio das políticas públicas, do pensamento e da gestão estratégica. Essas políticas são implementadas principalmente pelos governos e são os governos, os atores principais de nosso tema, em grande parte, os responsáveis pelos profundos atrasos existentes na América Latina.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi promulgada em 1961, onde estabelecia que o ensino no Brasil poderia ser ministrado tanto pelo setor público quanto pelo setor privado em todos os níveis, desaparecendo assim a obrigatoriedade do ensino primário gratuito, prevendo também que o estado poderia subvencionar estabelecimentos de ensino particulares. A cooperação financeira do estado seria feita sob a forma de bolsas de estudos, empréstimos para a construção, reformas e custeio na infraestrutura das escolas.

Neste sentido, a LDB também obrigava o governo a investir 12% de sua receita de impostos em educação, ao mesmo tempo em que desresponsabilizava o estado pela obrigatoriedade do ensino primário gratuito, incentivava o crescimento das instituições de ensino particulares.

A sua aprovação, que ocorreu em 1996, pode ser considerada como um marco nas mudanças no campo educacional, tendo como um dos seus objetivos a colaboração nas atividades profissionais e acadêmicas dos educadores, estudantes e demais trabalhadores da educação.

Cabe destacar que a principal fonte de implementação da educação nacional e das políticas que assim as definem é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que no avanço dos anos foram reformuladas até o modelo atual e sofreram alterações de acordo com os governos.

Segundo SANTOS (2012, pág. 01), a Política da Educação no Brasil sempre foi marcada por avanços e recuos. A primeira metade da década de 60 foi marcada por uma ação de movimentos de educação popular. Segundo ARANHA (1996), os principais foram: Centros Populares de Cultura (CPC), que surgem em 1961 e espalham-se entre 1962 e 1964. Os Movimentos de Cultura Popular (MCP) aparecem na data de 1960, inclusive Paulo Freire pertenceu a este grupo e também o Movimento de Educação de Base (MEB), criados em 1961 pela conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O golpe militar de 1964 desativava esses movimentos de conscientização popular, considerados subversivos, e penalizava os líderes. Os MEB seriam os únicos que continuariam apesar de diminuir suas atividades e mudarem sua direção.

Pinto (1986) ao abordar a política educacional posterior a 1964, cita autores renomados, como Maria Luiza de Souza, Seno Cornely e José Pinheiro Cortez, que em seus depoimentos revelam que a política educacional após 1964 tinha como objetivo a implementação de uma própria política de Estado burocrático e autoritário do país, tendo como o elemento fundamental desta política a tecnocracia.

Segundo Neves e Pronko (2008, pág. 52), a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de fato, consolida um projeto de educação escolar que já vinha sendo implementado, de forma ainda assistemática, pelas políticas governamentais dos anos iniciais da década de 1990 (MELO, 2004) e, de forma mais orgânica, pelo governo FHC (BRASIL. MEC, 1995) empossado em janeiro de 1995.

De modo geral, pode-se afirmar que os governos FHC tiveram como finalidades concomitantes no campo educacional: 1) a implantação de uma nova política sistemática de formação para o trabalho simples, por meio da estruturação de uma nova educação básica; 2) um novo “sistema nacional” de formação técnico-profissional; 3) o desmonte progressivo do aparato jurídico-político da formação para o trabalho complexo e a antecipação de algumas medidas dessa mesma ordem que vieram a se constituir em instrumentos viabilizadores da reforma da educação tecnológica e da reforma da educação superior implementadas sistematicamente pelo primeiro governo Lula da Silva, a partir de 2003 (NEVES, 2000c).

Esta política, caracterizada pela reforma universitária, se configura e se perpetua no governo da Dilma, que tem como perspectiva a continuidade das políticas de governo de seu antecessor. Fazemos parte de um modelo de sociedade que é regido pelo regime do capital e do maior lucro possível. Ainda assim, não podemos negar que essa transformação, mesmo tendo um viés neoliberal é de fato um movimento de transformação importante no sentido de contribuição para a inclusão social de milhões de brasileiros.

Para Neves e Pronko (2008, pág. 52), a educação escolar brasileira, na primeira metade dos anos 1990, por sua vez, foi redefinindo, pouco a pouco, seus objetivos, transformando em veículo de uma certa “qualidade total”, ou seja, em instrumento de disseminação de um conjunto de elementos cognitivos e comportamentais destinados a aumentar a competitividade e a produtividade empresariais nessa nova fase do capitalismo monopolista.

Ao falar de políticas, torna-se importante esclarecer que as Políticas Públicas envolvem todos os grupos de necessidades da sociedade civil, que são as Políticas Sociais, estas determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais (INEP, 2006, p. 165), dentre eles o direito a educação. Para que este direito seja garantido com qualidade e de forma universal é implementada a Política Educacional.

Ao conceituarmos Políticas Públicas, vejamos o que afirma FARIA:

Na prática, essas políticas assumem a forma de estratégias de ação, ou seja, planos, programas ou projetos que geralmente contêm um diagnóstico sobre determinado tema. Representam, portanto, uma visão sobre o problema e uma proposição para enfrentá-lo. Além disso, significam a eleição de determinados problemas e a exclusão de outros. Por isso, longe de representar consensos, as políticas públicas são arenas de disputas sobre projetos políticos em competição. (FARIA, 2003, pág. 25).

Segundo Teixeira (2002, pag. 2) as políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Porém, nem sempre há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Sendo assim cabe ao estado à proposição de ações que contribuam para desenvolvimento de projetos na área de saúde, assistência social, transporte, moradia, educação, dentre outros, que não se limitam apenas a políticas de governo, mas sim de políticas governamentais, portanto, trata-se de verba pública a ser aplicada para resolver os problemas da sociedade, que paga os impostos e tributos em troca de melhorias e de benefícios, que lhe são caros.

Atualmente, a carga tributária do Brasil está entre as maiores do Mundo e, justamente por este motivo as políticas devem representar estratégias e caminhos que viabilizem a intervenção do estado no investimento adequado do que arrecada, a fim de solucionar os graves problemas sociais.

Neves e Pronko (2008, pág. 56), afirmam:

“Fazendo uma analogia com o pensamento de Antonio Gramsci sobre a natureza da intervenção do Estado no conjunto das relações sociais nos Estados Unidos da América durante os anos iniciais do fordismo com os anos de neoliberalismo no país, é possível afirmar que nunca antes no Brasil o Estado interveio tão rápida e organicamente na formação de um novo tipo de trabalhador e de homem. Para isso, vem se utilizando do aparato escolar e das estratégias educadoras de um novo

conformismo no cotidiano social, embora saibamos que as tarefas educadoras do Estado, no Brasil urbano-industrial, remontem aos anos 1930” (NEVES, 2000c).

Mesmo com todas as mazelas sociais, não se discute a importância da educação de um país e suas implicações no seu desenvolvimento, bem como o bem estar de sua população. Tampouco podemos deixar de lembrar a importância da administração pública neste processo.

Entendemos que são necessárias mudanças no modelo universitário vigente, porém não podemos esquecer que este modelo é resultado da reforma universitária da década de sessenta, principalmente em decorrência do modelo sócio-político-econômico adotado pelo Brasil nas últimas décadas.

Sabemos ainda que o crescimento de um país está relacionado ao seu nível de desenvolvimento econômico. A América Latina é considerada um conjunto de países em desenvolvimento e possui graves problemas estruturais.

Sendo assim, este trabalho tem por objetivo discutir timidamente a realidade da educação na América latina, tratando da universalização do ensino, da questão da qualidade da educação e ainda sobre a reforma educacional que tende a ser um instrumento, senão um meio para permitir que a universalização aconteça.

II) A Universalização atrelada à qualidade do Ensino

Segundo o Relatório da UNESCO (2008), o ano 2000 constituiu um marco no reconhecimento do direito de todos à educação e à aprendizagem ao longo de toda a vida. Em Dacar, Senegal, reuniram-se governos de 164 países para avaliar os progressos realizados desde a Conferência Mundial de Educação para Todos, organizada pela UNESCO em Jomtien, no ano de 1990. Os países firmaram acordo de expandir significativamente as oportunidades educacionais para as crianças, jovens e adultos até 2015. Reconhecendo que as desigualdades educacionais eram inaceitáveis, comprometeram-se com a efetiva inclusão dos que estavam em desvantagem, entre eles as mulheres, os mais pobres, os mais vulneráveis e outros grupos socialmente desfavorecidos.

O compromisso foi expresso em seis objetivos no chamado Marco de Ação de Educação para Todos (EPT), os quais abrangem: *a expansão da educação* e o cuidado na primeira infância, a *universalização da educação elementar gratuita e obrigatória*, a aprendizagem de jovens e adultos, a redução das taxas de analfabetismo, a igualdade entre homens e mulheres nas oportunidades educacionais e a *qualidade da educação em todos os seus aspectos*. Desde então, a Educação para Todos está no cerne das atividades da UNESCO na área da educação.

Quando pensamos em universalização do ensino nos vem logo a ideia de proporcionar o acesso, de tornar comum; de estender e, por vezes, de propagar o acesso à educação. No entanto, em muitos casos, esta reforma educacional é implementada sem a preocupação com os direitos ao acesso a uma educação de qualidade. Este não é o caso apenas do Brasil, mas o problema de toda a América Latina. As políticas públicas de inclusão social implementam uma universalização sem direitos, segmentada e não raramente causando uma diferenciação da oferta educacional, uma vez que os governos não conseguem ter um padrão eficiente de qualidade do ensino.

Neste cenário temos a administração pública que pode ser definida objetivamente como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para assegurar os interesses coletivos e subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.

Sob o aspecto operacional, administração pública é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado, em benefício da coletividade.

Administração pública é, em sentido prático ou subjetivo, o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado, bem como das demais pessoas coletivas públicas que asseguram a satisfação das necessidades coletivas variadas, tais como a segurança, a cultura, a saúde e o bem estar das populações. Portanto, torna-se importante discutir aqui o papel da administração pública em termos educativos. Ela deve se preocupar com os interesses da sociedade e trabalhar no sentido de promover ou assegurar que os cidadãos tenham o direito a uma educação gratuita e de qualidade.

O Brasil avançou muito em relação à universalização do acesso ao Ensino Básico. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de crianças de 7 a 14 anos matriculadas na escola atualmente é de 97,8%. Entretanto, estamos longe de resolver os problemas da educação e de nos tornarmos um modelo para a América Latina.

Dados do relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para 2010, divulgado em 4 de novembro de 2010, mostra que a liderança do Brasil na América Latina no campo econômico não se reflete no campo social. Na região, o Brasil é o 11º colocado no *ranking* do IDH. Barbados, Bahamas, Chile e Argentina lideram o *ranking* latino-americano. O relatório estima que 10% da população na América Latina viva em condições de pobreza e privações múltiplas na saúde, na educação e no padrão de vida. No Haiti, 57% vivem na pobreza, segundo o relatório. No Uruguai, apenas 2%. Ainda assim, o relatório afirma que vários países da América Latina alcançaram alguns dos maiores progressos vistos em qualquer parte do mundo.

Posição do Brasil - 11º no ranking do IDH da América Latina - 2011

BRASIL

IDH: 0,699 (na faixa de países com alto desenvolvimento humano)

 73ª posição entre 169 países

Rendimento anual per capita - US\$ 10.607

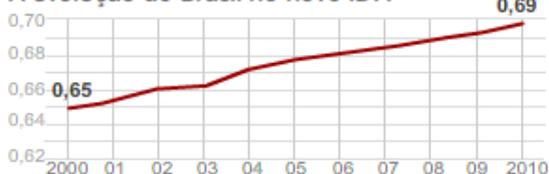
Expectativa de vida - 72,9 anos

Escolaridade - 7,2 anos de estudo

Expectativa de vida escolar - 13,8



A evolução do Brasil no novo IDH*



*De acordo com recálculo dos dados brasileiros nos últimos dez anos com base na nova metodologia

Fonte: Pnud-Brasil (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Fonte <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/brasil-e-o-11-no-ranking-do-idh-da-america-latina.html>

De acordo com Flavio Comim, economista do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil precisa melhorar o nível de educação para se aproximar de alguns países vizinhos, como Argentina e Uruguai, que apresentam melhores resultados no IDH. Apesar do progresso na educação, o relatório aponta que a América Latina é prejudicada pela distribuição do rendimento, que ainda é a mais desigual do mundo.

Segundo TROJAN (2009), ao analisar o quadro abaixo (quadro 1), podemos observar que ele detalha um aumento no gasto público em quase todos os países a partir da década de 1990, e igualmente percebe-se um aumento do interesse em investimento em educação. Este fato se observa possivelmente em virtude da formação de acordos internacionais firmados a partir do marco da Educação para Todos da UNESCO. Segundo a autora: “ao analisar o percurso histórico de 1998 a 2005, pode-se observar que os gastos não apresentam grande variação, e menos ainda, um aumento constante”. De um modo geral, confirma-se a tendência, observada por Casassus (2001), de destinação de um percentual similar do PNB (Produto Nacional Bruto), em torno de 4%. Tomando o Brasil como exemplo, percebe-se que houve um aumento significativo de 1980 (3,6%) para 1990 (4,55), 1995 (5,55%) e 1998 (5,3%), mas, aí em diante, o percentual se reduziu e se mantém 4,4 e 4,5 %. Essa tendência de investimento, em torno de 4% do PNB, pode ser verificada de um modo geral em todos os países da região, indicando uma possível adesão do ponto de vista do Banco Mundial, que entende que já se investe o suficiente em educação e que o problema é que “O gasto público em educação costuma ser ineficiente e inequitativo”. (Banco Mundial, 1995).

QUADRO 1
Gasto público em educação

País	Total de gastos públicos em educação em % do PNB (produto nacional bruto)						
	1980	1990	1995/96	1998	1999	2002	2004/05
Argentina	2,67	1,12	3,50	4,1	4,6	4,3	4,0
Bolívia	4,42	5,39	5,58	5,6	-	6,5	-
Brasil	3,60	4,55*	5,55	5,3	4,4	4,4	4,5
Chile	4,63	2,67	3,11	3,8	4,0	4,3	3,8
Colômbia	2,38	2,61	4,43	4,0	4,5	5,4	5,0
Cuba	7,20	6,55	-	6,8	-	8,7	-
México	4,73	3,73	4,87	4,3	4,5	5,4	5,5
Panamá	4,90	4,98	-	5,3	-	4,6	-
Paraguai	1,51	1,12	3,94	4,5	-	4,4	-
Peru	3,09	-	2,94	3,3	3,5	3,1	3,5
Uruguai	2,29	3,08	3,33	2,6	-	2,6	-

Fonte: 1980/1996 – Global Education Data Base e UNESCO (In: CASASSUS, 2001) * 1989
1998/2005 – Relatório de Monitoramento Global UNESCO (2006 e 2008)

Se entendermos ineficiente de fato como desprovido de eficiência, chegaremos à conclusão de que o sistema de ensino na América Latina carece de crescentes reformas metodológicas e estruturais, partindo da transformação dos modelos de sociedade que consigam de fato atrelar planejamento, reformas educacionais e reforma política, tendo como um de seus focos prioritários a educação. Vale ressaltar ainda que quando falamos em reformas, trata-se não apenas de investimento em termos quantitativos, mas acima de tudo em termos qualitativos, este é o maior desafio.

III) Uma reforma educacional é possível?

A resposta a esta pergunta não seria de difícil resolução se a sociedade tivesse a clareza de que modelo de educação nós queremos e que meios concretos deverão ser utilizados para que a reforma aconteça. Entretanto, podemos constatar que a sociedade capitalista vive em favor do capital, em detrimento do social. Observamos que nos últimos anos a prioridade tem se concentrado em preservar o meio ambiente, em detrimento da educação e da saúde. Neste sentido, a educação não pode ser tomada como um problema prioritário.

Independente de um consenso, existem propostas de educação muito eficazes, que representam uma saída ao modelo fragmentado, tão criticado, nos dias atuais. A Educação a Distância - EaD, em integração com a Educação presencial pode nos ensinar muito.

Ao tratar de reformas, devemos nos remeter ao que afirma FRIGOTTO (*apud* Neves e Lima): “a questão da escola e de sua qualidade não é, sobretudo, um problema de currículo ou de formação dos professores, mas sim de que a sociedade coloque a educação como problema” (2006 p.263).

A reforma deveria ser um instrumento, senão um dos meios para que as políticas se concretizassem, e fazer da educação um problema é também criar meios eficazes para enfrentá-lo. Seriam as reformas a solução? Limite-me a aqui a fazer mais perguntas do que encontrar respostas, afinal é nas perguntas que podemos chegar mais perto da inquietação que gera a transformação e com ela poder pensar mecanismos mais eficazes de solução e transformação.

Nesta perspectiva de transformação social, a educação se destaca por seu caráter humanista e integrador que nos permite trabalhar o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo e incentivar o desenvolvimento da autonomia educacional no processo de ensino-aprendizagem. Deste modo, Frigotto afirma que:

"(...) as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos da educação podem refletir duas dimensões antagônicas: (i) subordinação à esfera do capital, elegendo como perspectiva a pedagogia das competências, assumindo o ideário individualista e imediatista; (ii) a formação do ser humano como totalidade - ser humano, classe social e força de trabalho - numa dimensão de compromisso social coletivo" (2000, p. 31).

O problema seria a falta de recursos humanos para pensar um modelo eficiente de educação? Ou um problema gera o outro? Ou seria mesmo vontade política?

Essas são algumas indagações possíveis e não pensem que ao tratar o problema com questões simples estarei reduzindo ao mesmo nível de simplicidade que o tema permite, pelo contrário, o objetivo neste ensaio é refletir de forma objetiva sobre um problema de suma importância.

Devemos acreditar que podemos alcançar um modelo de desenvolvimento educacional eficaz a fim de transformar este quadro de desigualdade existente na América Latina. Com o investimento em políticas públicas educacionais de valorização do trabalho docente, com o desenvolvimento de projetos inovadores em educação, de forma a garantir a formação humana, contribuindo para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, proporcionando a inclusão social.

IV) Conclusões

Deste modo, torna-se necessário implementar mudanças significativas nas políticas e práticas educativas para alcançar um modelo de desenvolvimento que permita o alcance da justiça social. A Educação deve permitir a formação de cidadãos e uma educação inclusiva, que tenha um valor econômico, suportada por uma sociedade que ofereça condições de competitividade e de aplicação do conhecimento gerado.

O trabalho docente deve ser valorizado e incentivado para que a educação possa galgar um espaço de transformação eficiente e que traga resultados para o desenvolvimento da América Latina como um todo. A administração pública deve incentivar o diálogo entre sociedade e os governos que não conseguem ter um padrão eficiente de qualidade do ensino para que se discuta uma solução para o problema.

O aumento do gasto público com educação ainda é insuficiente para que uma transformação eficaz aconteça. Precisamos de mais incentivo e de projetos inovadores que tratem a educação como prioritária. Sabemos que mesmo com as inúmeras reformas e com os crescentes esforços de transformação, a sociedade continua sendo antidemocrática e ineficiente para tratar a educação como um problema.

Para isso, ainda é necessário que se forme um diálogo entre os gestores dos sistemas educativos, professores e profissionais da educação e que este novo modelo seja construído em conjunto com a sociedade.

Ao comparar problemas comuns, surge a necessidade de avaliar os modelos de políticas governamentais vigentes e se esses governos apresentam respostas eficazes para a solução de tal problemática. Os desafios são muitos, as perspectivas não são lá tão boas, mas resta-nos acreditar que uma transformação profunda é possível e que devagar, mas com responsabilidade, se vai ao longe.

V) Referências Bibliográficas

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo. Editora Cortez, 2000.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

OLIVEIRA, Eloiza Gomes de, CRUZ, Francisca de Oliveira, COSTA, Gabriela Gomes da Silva, e SILVA, Renata Gomes da. **Construção da prática docente humanista – Um diálogo com Pierre Lèvy**. Artigo aceito para publicação no 6º Encontro Nacional de Tutores, 2010.

NEVES, Lucia; LIMA, Julio (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. **O Mercado do Conhecimento e o Conhecimento para o Mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. / Lucia Maria Wanderley Neves e Marcela Alejandra Pronko.; Rio de Janeiro. EPSJV, 2008.

PINTO, Rosa Maria Ferreira. *Política Educacional e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1986.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico crítica: Primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

TROJAN, ROSE MERI, **Políticas educacionais na América Latina: tendências em curso**. Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) ISSN: 1681-5653. n.º 51/1 – 15 de diciembre de 2009.

UNESCO. **Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?** – Brasília: UNESCO, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2000) Censo Demográfico, 2000.
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>>
[Consulta em: nov.2010].

G1 – Site de Notícias, disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/brasil-e-o-11-no-ranking-do-idh-da-america-latina.html>. [Consulta em: nov.2010].

BRASIL. Lei 5692/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. UFSM, s/d.

SANTOS, André Michel dos. A política de educação no Brasil: implantação do serviço social escolar. Disponível em <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/a-politica-educacao-no-brasil-implantacao-servico-.htm>>[Consulta em: julho. 2012].

INEP/MEC. Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário vol. 2 / Editora-chefe: Marília Costa Morosoni. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

<http://www.mec.gov.br>